

Leitura necessária: os clássicos para uma consciência da longa duração

AIRES A. NASCIMENTO
CEC-FLL / Lisboa

1. Clássicos, desafios contra o tempo: sublimes encantos e alguns pesadelos...

Conta o mito que Aurora se enamorou de Titono e pediu aos deuses que lho tornassem imortal; os deuses atenderam o pedido, mas Titono, passada a idade da juventude e do vigor, começou a definhar e ficou reduzido a pouca coisa, perdendo o encanto que nas primeiras idades ganhara as atenções e o afecto de Aurora: é que esta tinha-se esquecido de pedir aos deuses que Titono ficasse sempre jovem....

A este mesmo mito nos leva o último poema de Safo que, qual prenda inesperada, nos chegou recentemente às mãos, depois de recuperado por entre os papiros que envolviam uma antiga múmia egípcia depositada em Colónia. Deixa-nos emocionados esta exumação que, pelo exercício filológico nela envolvido, nos permite tocar com o dedo nas origens de nós próprios, num processo de recuperação que nos dá o direito de acreditarmos que não há morte total e de que os textos clássicos não estão mortos e nos trazem toda a vibração literária com eles.

Non omnis moriar! – proclamava Horácio (Od. III, 24, 6)... Mas, quem pode garantir que algo sobrevive? Será que os textos clássicos, durante séculos considerados como base de cultura e por isso aceites num cânone de acesso a níveis de “humanização maior” (por isso se designaram como *litterae humaniores*), irão sobreviver no mundo de hoje – disperso, ansioso de si mesmo e dificilmente reconciliado com a sua memória? Os desastres dos “humanismos” demonstraram-nos que os mais cultos nem sempre são os mais humanos, porque a cultura do intelecto nem sempre predispõe para a cultura do afecto – nem sequer para levar os outros a entenderem o que alguns escreveram. Mas a história comprova-nos também que o instinto da sobrevivência conduziu sempre a humanidade por escolhas que em última instância significam o exercício de qualidades que tendem a escolher o melhor. No nosso caso, é um facto que o sufixo *-ios* implica apreço por uma qualidade revelada em grau elevado – pelo menos superior ao habitual; que a designação de *litterae humaniores* pertença a um passado longínquo é motivo para admitirmos que não é por inércia que os nossos autores entraram no processo escolar do Ocidente¹.

Em outros tempos, houve grande preocupação com o processo que haveria de conduzir a uma leitura dos textos que se consideravam base do convívio humano; alguns dos beneficiários desse processo conseguiam depois chegar a uma leitura tão intensa que prolongavam nos seus próprios textos aqueles com os quais se familiarizavam – não importava o grau de novidade que introduziam, pois lhes bastava que outros reconhecessem que havia reflexos dos autores primeiros e que com eles os

¹ Aulo Gélio, *Noctes Atticae*, xiii, 17, pronuncia-se contra uma *humanitas* difusa que consistisse numa vaga simpatia e deixa entrever que as *litterae* fornecem um suplemento de reflexão e de lucidez para se constituírem critérios de escolha. *Humanitas*, diz Gélio, é um termo incorrecto para traduzir “benevolência indiscriminada que os gregos designam por *philanthropia*”, pois a palavra realmente implica doutrina e disciplina e abrange apenas aqueles que se distinguiram pelas *litterae*.

seus leitores aceitassem em admiti-los como continuadores deles². Em tempos pós-renascentistas, com a difusão do livro impresso e o acesso fácil a exemplares de texto, a leitura tornou-se num processo individual e cativo das tendências de cada um. Indo mais longe, em anos próximos de nós (num pós-estruturalismo, que não perdeu ainda fatores), ouvimos pôr em questão o texto: mais não seria ele que pretexto para desencadear um modo de construção individual. Terrível inversão dos protagonistas da cultura e da sua génese, pois anula a identidade e apenas parece apostar no sujeito do conhecimento³. Num tempo em que o excesso da informação acarreta consigo a perda da estruturação do que verdadeiramente se conhece, torna-se cada vez mais necessário saber quem merece a confiança de educar, no sentido profundo de conduzir a formação daqueles que desejam pertencer inteiramente à comunidade humana onde se encontram inseridos.

O enunciado da poetisa de Lesbos retém o esforço extremo de Aurora por levar até aos confins do mundo um corpo no qual não consegue deter o apoucamento:

“É facto que outrora a Titono, dizem, Aurora de róseos braços
por Amor embevecida em marcha até aos confins da terra o levou.
Era ele belo e jovem, mas no seu momento a ele o atingiu
o tempo da velhice encanecida, a ele que estava de posse de esposa imortal.”⁴

Que compreende esta figuração? Segundo o mito, Aurora, para salvaguardar algum traço que lhe lembre o seu enlevo acaba por transformar Titono em cigarra – insecto diminuto que apenas se faz notar pelo ruído estridente que produz em tempo de verão.

Será necessário admitir a metamorfose do mito para salvar os nossos textos? Não terão eles outro destino que o de ficarem mirrados, a ponto de apenas nos consentirmos ouvi-los em dias de estiagem?! No espelho de Titono, revê-se Safo na decrepitude que não é possível travar⁵. Mal sabemos nós dizer que mais nos toca: se o definhamento do corpo e a certeza da brevidade da vida, se o receio do desvanecimento do encanto que algum dia nos prendeu aos textos clássicos – convencidos de que eles se mantinham pelo vigor de si próprios.

Terei ainda de me rever mais directamente no mito se, por confins da terra, entender o fim da Europa – “onde a terra se acaba e o mar começa”, como cantou Camões o maior poeta português⁶. Se a referência é de tomar em sentido geográfico, o presságio

² A imitação pode admitir *contaminatio*, mas tem um elemento que a aproxima de *imago* e esta, longe dos desvirtuamentos pressupostos por Platão, traz consigo a nota de *amplificatio*. Assim o considerámos em “Modelo e imitação”, in *Modelo – Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, ed. Ana Sofia Laranjinha & José Carlos Ribeiro Miranda, Porto, Faculdade de Letras, 2005, pp. 9-22.

³ George Steiner (em entrevista a *El País*, 27 de Outubro de 2001, ao tempo em que se encontrava em Oviedo, Espanha, para receber o prémio “Príncipe das Astúrias”) opõe-se declaradamente a Derrida: “Travo combate contra os pós-estruturalistas que confundem a importância da criação literária com o comentário do texto; o livro vem primeiro; o senhor Cervantes, o senhor Lorca e o senhor Shakespeare não precisam do senhor Steiner, mas o senhor Steiner precisa deles” (...) “Quando Derrida diz que o texto é um pretexto, eu digo que não; eu preciso do texto e o texto precisa de mim”.

⁴ Damos os versos na tradução que nos permitimos fazer recentemente: “A construção do feminino: olhares cruzados (com leitura de novo poema de Safo)”, *Euphrosyne*, 34, 2006, 9-17.

⁵ Retenha-se o início do poema:

Vós, companheiras das Musas de colo violeta, belas oferendas, donzelas,
sede aplicadas e canto amigo de som claro à lira!
Quanto a mim, o corpo, que antes delicado fora, já a velhice
dele tomou conta e brancos se tornaram os cabelos de negros que eram.
Pesado o coração descaiu, os joelhos soçobram,
eles que noutro tempo foram ágeis para dançar como gazelas.
Tudo isto choro em delongada; mas que fazer afinal?
se esta é a inevitável condição humana, nada mais fica para fazer.

⁶ Camões, *Os Lusíadas*, III, 20, 3.

cumpriu-se na minha terra, pois, de momento, o espaço e o tempo anteriormente concedidos à aprendizagem da leitura dos textos clássicos nas paragens do Finisterra europeu, depois de se ter reduzido a bem pouco, estão ameaçado de extinção – por um desinteresse oficial não declarado, mas real. Esta situação é inquietante, mas, por isso mesmo, é necessário regressar a uma militância activa que dê as razões da aposta que nos anima – contra os tempos e contra as tendências que correm.

Os textos clássicos quiseram-se (e quiseram-nos os seus próprios autores) como aquisições perenes – um *ktema eis aei*, proposto por Tucídides; um *monumentum aere perennius* celebrado por Horácio. É facto que não é possível ver os clássicos sem a pátina do tempo – na convergência de leituras e de recuperações eruditas (filológicas). Não é possível encarar a continuação da sua leitura sem recuperar de modo convincente as sensações que neles encontra a linguagem mais adequada para traduzir o que nos identifica mais plenamente como comunidade de cultura⁷.

Formam eles a linguagem de base em que nos reconhecemos numa Europa diversificada e ufana da sua cultura. Quase impossível saborearmos uma sombra fagueira sem recordarmos o Virgílio da Iª Bucólica; inevitável trazer à memória o *labor omnia vicit improbus* da Iª Geórgica⁸, quando vemos compensado o esforço dispendido; momentos haverá em que a emoção das recordações não encontra palavras mais certas que aquelas em que o herói virgiliano sente o efémero das coisas e guarda as lágrimas como reflexo do passado: *sunt lacrimae rerum et mentem mortalia tangunt* (*En.* I, 462) – “há lágrimas na natureza e a certeza do efémero toca-nos o coração”⁹. Ao retomar essas expressões fazemo-lo, não para exhibir erudição, mas porque elas são a linguagem em que nos revemos.

Facto é que as linguagens são convencionais e arbitrárias, mas também são necessárias, pois são articuladoras de significação no seio de comunidades verdadeiramente integradoras. O efémero é a sorte que toca todas as experiências humanas; a algumas quereríamos que lhes coubesse a perenidade. Ao eterno temo-lo como dádiva dos deuses; estes até parecem dispostos a concedê-lo – ao menos a alguns que eles reservaram para terem em sua companhia e por isso até abreviaram a duração da vida a fim de assim cumprirem o seu “destino”. Mas, ao que esses e outros criaram com afecto nas palavras que entreteceram, quem lhe garante a mesma sorte? Ao efémero se abraçaram os nossos poetas para, através do seu canto, intentarem a imortalidade que eles próprios almejavam. Na racionalidade das construções pretenderam os sábios assentar a perenidade das suas teorias. Ilusões?! A custo aprendemos a lei da perspectiva e é contingente a construção que depende da instabilidade dos elementos de que se serve a análise: a confiança na *physis* depende da consistência do *nomos* e este assenta na convenção – que, por sua vez, está condicionada pela discricionariedade dos intérpretes... Será que justamente da parte dos intérpretes, se não tem faltado a lucidez de compreensão, falhou a determinação – a *parresía*, para dizê-lo em grego – que é capaz de enfrentar os desafios que são movidos contra os nossos estudos?

Aos clássicos quis o reconhecimento dos tempos preservá-los da saída de cena. Por muitas razões, qualquer delas a mais subtil e a mais generosa. Uma permanece e só ela é

⁷ Não podemos senão remeter para George Steiner, *Antígonas*, onde, em análise “do percurso de um mito universal pela história do Ocidente”, ficam enunciados certos e emblemáticos da relação da cultura ocidental com os textos clássicos.

⁸ Na formulação do autor, *Labor omnia vicit improbus* (Virgílio, *Georg.* 1.145): “o trabalho persistente tudo venceu”.

⁹ A tradução é a de A. Lobo Antunes, que a apresenta como epígrafe do seu livro *Boa tarde às coisas lá em baixo*; mesmo que, por detrás, se encontre a formulação de Jacques Perret, na sua tradução de Eneida, não é menos meritória o enunciado do escritor português.

operativa: porque neles nos formámos, no percurso escolar que nos arrancou à sociedade familiar e nos colocou nos embates do grupo em que tivemos de nos haver com horizontes de identidade dilatada. A escola tradicional teve esse desígnio: a de nos colocar nas mãos alguns padrões de linguagem e de cidadania, que, através da gramaticalidade dos enunciados, nos permitia chegar à disponibilidade de inserção na comunidade. O modelo de escola tem sido posto em causa, em favor de padrões de eficiência ditados pela concorrência.

Pela sua persistência, pensámos, com algum descuido, que eram imortais esses textos e se mantinham mesmo sem o ministério activo dos encarregados do seu culto. A imortalidade terá de vir dos deuses? Facto é que, se não houver mediadores, necessariamente desaparecerá o encontro com os textos do passado. Não são eles tão inamovíveis como o são os monumentos epigráficos que desafiam o tempo e ficam expostos e parados num local: estes são irredutíveis na sua própria monumentalidade; os nossos textos estão dependentes de intermediários ou guardas (chamemos-lhes preceptores, mestres ou outro nome que se adequa à função do filólogo – aquele que toma a peito a salvaguarda dos textos) e não podemos simplesmente deixá-los ao cuidado de leitores que são mutáveis e apenas na educação de atitudes de retorno poderão manter a dinâmica necessária para os recuperar no passado e os projectar no futuro.

Em meditação recente, Simon Leys, sob um título imprevisto e um subtítulo fora de tempo, pois o primeiro é “Memento mori” e o segundo é “méditation de Carême” (em momento em que acabávamos de celebrar a festa litúrgica do Pentecostes e nos encaminhávamos para o tempo de festividades do solstício do verão)¹⁰, trouxe-nos à memória que, nas suas viagens, Gulliver chegou certa vez a uma terra, Luggnagg, onde deparou com a existência de “Imortais”: de tempos a tempos, mas muito raramente, sem que algo pudesse prevê-lo ou desencadeá-lo, nascia uma criança, marcada com um sinal redondo na fronte – tratava-se de um “Struldbrug”, um indivíduo destinado a não morrer. Ao mito de Titono junta-se, nessa ficção, mais um traço: o de que, ao fim de algum tempo, a imortalidade não preserva qualidades que tornariam a criatura em oráculo de sabedoria, pois o envelhecimento, uma vez decorridas algumas centenas de anos, acaba na perda de capacidades físicas e mentais (perda dos sentidos e desvanecimento da memória, perda da linguagem e da comunicação), restando apenas a capacidade de movimento.

Ora, se há agentes que se prontificam a consagrar-se a esta deslocação no tempo e a dedicar-se a cuidar dos nossos “imortais”, haverá ainda esperança de que, em qualquer outra parte, se possa montar um convívio que não só atraia os eleitos, mas faça irradiar o fulgor da vida que esses “imortais” transmitem? Para onde nos moveremos? A idade prolongada não será mais que a garantia de atingir o estado de sombras indecisas e vageantes até se perderem no Além? Ou, ao menos, a palavra que toca, ao de leve, sentimentos e sensações, pensamentos e partilhas, não terá ela o direito de se fixar e de se subtrair ao esquecimento? Para isso se criou a escrita; para isso se inventou a escola. A esta não compete instruir rapsodos que dêem espectáculo de leitura, mas formadores que ensinem uma relação vivida com os textos.

2. Desafios do nosso tempo: luta desigual? Titono ou Struldbrug bem podem ser a metáfora de uma realidade com que, de tempos a tempos, somos obrigados a confrontar-nos. Os textos clássicos são a fronteira do limite humano: a sua perfeição coloca-os fora do quotidiano e quem tem de gerir esse quotidiano facilmente os coloca no rol do

¹⁰ Simon Leys, “Memento mori – méditation de Carême”, *Le magazine littéraire*, n° 454, juin 2006, p. 6.

esquecimento ou, por argúcia de balanço financeiro, os lança na caixa dos produtos descartáveis.

Com algum espanto e sentida mágoa, ouvimos um dia certo classicista das hoje ultrapassadas democracias de leste europeu confessar com candura e simplicidade que estava agradecido às autoridades do seu país por lhe permitirem dedicar-se ao estudo dos autores clássicos greco-latinos. Numa sociedade planificada e com objectivos centrados na produção, parecia que não tinham os detentores do poder cometido a suprema injúria de expulsar da cidade os poetas de outros tempos e os que se dedicavam a ensiná-los: os “filósofos” do regime político vigente haviam, ao menos, assumido que cabia nas funções da cidade não deixar perder o que representava a voz dos séculos e que era motivo de ligação a outros que escutavam a mesma voz.

Não me move qualquer sentimento de simpatia ou de saudade (nem de animosidade – *rebus sic nunc stantibus*) por essa situação, até porque não sei o que ela possa ter significado em concreto e a manipulação ideológica é sempre uma tentação. Não me sinto, porém, em não menos dificuldade em enfrentar o que neste momento ocorre no meu país, em fase de plena liberalização e em desnorte quanto ao que possam ser responsabilidades socialmente assumidas pelo Estado para benefício de todos, nomeadamente em domínio tão lábil como é o da cultura comum e que envolve um património que não pode ser discutido nem menosprezado. Por estranho que pareça, as humanidades clássicas neste momento sofrem, de facto, um desafio de sobrevivência sustentada, como consequência de uma série de erros a que, a seu tempo, não foi possível travar e que agora outros estão dispostos a aproveitar num ciclo baixo de proventos económicos.

Não me permitiria trazer o assunto para esta assembleia, dedicada a celebrar o prazer da leitura dos clássicos e a explicitar as razões para isso, se a situação em curso fosse simplesmente doméstica ou se estivesse apenas em causa a defesa da honra própria. Obriga-me, porém, o facto de ser uma questão da família global que somos e por isso não ficaria de bem comigo próprio se não desse conhecimento de algo que a todos diz respeito e se, por outro lado, não tivesse alguma esperança de que um gesto de solidariedade alargado poderá servir para erguer o clamor que faça sentir a insensatez de que algo de muito grave está em risco de se cometer numa Europa que não pode perder o rumo nem pode perder a estima do que fez de melhor ao longo de séculos. Esse gesto comprovará que o erro acarretará uma situação de marginalidade – que roça pela barbárie (alguma, pois até os antigos bárbaros admiravam Roma e Xerxes sabia que o sentido de liberdade dos gregos lhe traria dificuldades insuperáveis). Terá esse gesto o mesmo simbolismo que a onda de repúdio levantada contra o vandalismo que depredou as salas do Museu de Bagdade; nesse 15 de Abril de 2003, o mundo inteiro revoltou-se porque viu serem malbaratadas peças que representavam séculos de história; muitos acusaram de inépcia quem, arvorado em defensor de liberdades, não atendeu a avisos que alertavam para o perigo de isso acontecer.

Num momento em que num ponto da Europa (por minúsculo que seja) o património comum que são os textos clássicos está em risco de perder mediações necessárias para uma comunidade cultural que neles tem uma base de identidade, será tempo de lembrar aos próprios representantes da soberania que lhes cabe a responsabilidade de garantir que a memória colectiva não se perca. Talvez seja necessário fazer-lhes notar que os fundamentos maiores dessa identidade e dessa memória, que são os textos clássicos, não se negociam nem se malbaratam nem se vilipendiam em qualquer esquina da rua. Conhecemos tensões noutros momentos, ainda relativamente recentes; nunca, porém, estivemos tão expostos a eliminação como agora, quando, a primeiro plano, vêm os argumentos financeiros e a concorrência de mercado.

Qual a situação? Simplesmente esta: por uma série de erros que se foram acumulando, apesar de denunciados e repudiados, os cursos universitários em Portugal estão em risco de perderem financiamento público! É um facto: deixaram de ter candidatos que estivessem em condições de cumprir os requisitos definidos por um certo Gabinete de Acesso a Ensino Superior e, em consequência disso, por aplicação de critérios de financiamento universitário restritivo, os cursos de Estudos Clássicos das duas únicas universidades públicas que os têm assegurado correm o risco de serem encerrados ou de perderem a identidade, ficando sob a dependência de outros (alguns deles em situação pouco melhor que os nossos).

De facto, nos dois últimos anos, baixou drasticamente o número de candidatos à licenciatura em Estudos Clássicos nas universidades portuguesas. Razões? Há meia dúzia de anos, foi aplicada uma reforma de ensino secundário que dividiu as áreas pedagógicas e constituiu para a área dos estudos humanísticos um pequeno nicho em que a via prevista para as humanidades clássicas entrava em dissolução, por falta de possibilidades de articulação harmónica; marginalizadas as nossas disciplinas, não conseguiam os esforços dos seus representantes oferecer condições de integração regular e normal para constituírem currículos coerentes; por outra parte, a expectativa de profissionalização no ensino de humanidades clássicas, que, ao longo de décadas, fora incentivo para candidaturas, esmorecia com a falta de horizontes. Durante algum tempo, as universidades (o meu grupo, concretamente) admitiram outras vias que não fossem as do percurso normal; recorrendo a possibilidades facultadas pela autonomia universitária, conseguiram ultrapassar a situação, oferecendo alargamento de possibilidades de ingresso; com tais medidas, o *numerus clausus* era não só preenchido, mas ultrapassado com candidaturas motivadas. Tudo regressa agora a um ponto crítico quando as instâncias reguladoras impõem critérios de ingresso que não têm condições para se verificarem, pois a aprendizagem e o ensino das línguas clássicas no ensino secundário perdeu horizontes: num primeiro tempo, contrapondo a via “científica” à via “humanística”, dividiu-se esta área em Ciências Sociais e Humanas, por um lado, e Línguas e Literaturas, por outro, deixando a hipótese das Línguas Clássicas como possibilidade deste segundo ramo, em contraponto a uma série de disciplinas e em concorrência como a de Literatura Portuguesa. A concorrência era desleal, pois o aluno estaria em condições de optar por uma disciplina para a qual fora sensibilizado e dificilmente se decidiria por uma totalmente nova; as condições de horários também não eram as mesmas. Resultado: como se pode verificar pela estatística que foi possível recolher, a área de Línguas Literaturas aparece com um número de candidatos muito abaixo da área concorrente, numa proporção que se estima ser inferior a 10% no final do ensino secundário; podemos suspeitar que o número de candidatos à área de Estudos Clássicos será muito reduzido. Para um gestor que se pautar por critérios estatísticos, sentença é fácil: os cursos de Línguas e Literaturas Clássicos, por falta de número de inscrições considerado mínimo serão suprimidos do financiamento público. Tão simples como isto!¹¹ ...

¹¹ Para ilustração do panorama actual, aqui fica a estatística de frequência das Humanidades no ensino secundário no ano de 2005-2006 que foi possível obter:

12º ano	9499	reporta-se a grupo unitário das Humanidades
11º ano	12150	Ciências Sociais e Humanas
	873	Línguas e Literaturas
10º ano	9418	Ciências Sociais e Humanas
	1018	Línguas e Literaturas

3. Razões e contratempos. Há que invocar razões para a permanência (e não apenas sobrevivência ou tolerância) do ensino das nossas línguas e dos nossos textos que formam um património comum de uma Europa alargada. Nessa Europa das nações, os diferentes países, não prescindiram da sua identidade cultural e ficou em evidência que na diversidade cultural assentava a riqueza da Comunidade formada. Talvez, nas formulações produzidas tenha ficado menos evidente que a diversidade se podia tornar activa através da valorização do que é comum, já que nisso se encontram pontos de convergência e em boa parte a heterogeneidade existente é resultado de desenvolvimentos específicos de virtualidades presentes na origem.

Efectivamente, o regresso às fontes permite reconhecer o que nos une e dar coesão a toda uma série de expressões e linguagens usadas ao longo dos tempos; por outro lado, e concomitantemente, o investimento em investigação que dê visibilidade e sustentação ao que para muitos não passa de axioma torna-se necessário para que os decisores tenham em conta o que dá conformação à comunidade a que pertencemos e na qual pretendemos que haja factores afectivos de sustentação.

Indispensável se torna garantir um corpo sólido de educadores que, no respeito dos seus pares, levem à sociedade intérpretes qualificados de uma tradição baseada nos fontes greco-latinas e estejam em condições de acompanhar, em paridade, aqueles que trabalham noutros domínios científicos.

Desde 1982, rompendo com inércias e acomodamentos que se vinham acumulando, reunimos em Lisboa, na Faculdade de Letras, um conjunto de resistentes dos mais diversos quadrantes culturais universitários que não tiveram qualquer reboço em reivindicar o direito e a obrigação de, como comunidade cívica, defender o cultivo das línguas clássicas nos níveis mais diversos e de reclamar investimento numa área que todos consideravam fundamental para reconhecimento de uma identidade de cultura – como língua, como literatura, como linguagem e como análise ou critério operativo de apreciação contextualizada, para nos situarmos no mundo de convívio humano construído sobre a memória colectiva¹².

Estávamos em momento crítico e tivemos de assentar argumentos que tivessem eco nos decisores do momento.

Lembrámos então a muitos que o conhecimento motivado da língua portuguesa, feito através das matrizes latinas, superava em eficácia todas as teorias descritivas que imperavam e pretendiam deduzir de uma competência inata as regras do seu funcionamento¹³. Tivemos que acentuar que uma língua é fundamentalmente um processo cultural e não um mecanismo dependente de impulsos ou de regras funcionais. Ao tempo, pairava no ar a construção de uma comunidade de nações que assumiam a língua portuguesa como factor de coesão, depois de terem falhado outros. Por algum tempo foi possível acentuar o apreço pela língua e pelo que ela significava; com Fernando Pessoa, o maior poeta português do séc. XX, pensámos que voltaria o gosto de dizer as coisas com sentido, com dimensão, com afecto, pois as “palavras são corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas”¹⁴ e, fosse, muito embora, o exercício sintáctico necessário para voltar ao reconhecimento do discurso de outros tempos, ele é decisivo porque coloca o homem perante a sua “circunstância”: nas

¹² *Actas de Colóquio sobre o ensino do Latim (Lisboa, Faculdade de Letras, 7, 8, 9 de Maio, 1987)*, Lisboa, ICALP, 1987.

¹³ “As línguas clássicas para uma formação cultural de hoje”, *Colóquio sobre o ensino das línguas clássicas (Latim e Grego)*, in *Classica - Boletim de Pedagogia e Cultura*, nº 18, 1992, 9-23 (rep. in “As línguas clássicas em resposta a uma formação cultural para hoje”, *Revista Galega do Ensino*, 1, 1993, 31-46).

¹⁴ Fernando Pessoa / Bernardo Soares, *Livro do Desassossego...*, vol. I.

palavras do mesmo poeta, a atenção à palavra firme “me faz tremer como um ramo ao vento, num delírio passivo de coisa movida”.

Nem por isso tivemos direito a alguma *Ratio Studiorum* que integrasse os nossos textos e o seu estudo em processo coerente e sustentado. Em nome da cultura, sentimo-nos com o direito de reclamar que se atenda a esquecimentos; que haja ponderação e igualdade de oportunidades para que as escolhas sejam motivadas e conscientes no momento de decisão por parte de quem está em formação; que para isso haja também enquadramento curricular consequente e que os resultados não sejam julgados no imediato.

De há muito nos havíamos apercebido de que os argumentos em favor da conservação da memória cultural longamente servida pela leitura dos autores da antiguidade tinham acolhimento reduzido, pois, se eles eram percebidos pela classe intelectual, dificilmente os decisores políticos faziam que eles pesassem em momento de planeamento educativo e menos ainda quando, em cima da mesa, se colocavam implicações orçamentais.

Num quadro vazio de horizontes e carregado de poeiras em que a multiplicidade de ofertas apenas confunde quem não está em condições de perceber as motivações, o papel das universidades procurou ser activo, mas não pôde ter mão de outras dinâmicas que provocaram dispersões e retiraram eficiência aos argumentos invocados¹⁵. Aliás, quando as nossas autoridades invocam a necessidade de que os candidatos aos nossos cursos universitários tenham efectuado uma preparação específica no ensino secundário (gostaríamos que isso tivesse acontecido, mas em condições mínimas de exequibilidade), apetece-nos perguntar se, por exemplo, os candidatos a Direito ou a Medicina, têm de apresentar preparação específica para ser admitidos no curso a que se destinam... Há casos de malthusianismo cultural que dão que pensar!

No caos assim criado, necessário se tornava algum princípio regulador. Porém, em vez de apostarem no planeamento de formação que dotasse o sistema de ensino com condições para ele se estruturar em níveis de complexidade necessária e garantir continuidade em correlação com as necessidades da comunidade cultural, preferiram as autoridades reguladoras entrar pelo caminho da autorização de funcionamento dos cursos pela procura que deles fosse feita, declarando que aqueles cursos que não atingissem o número estipulado com um mínimo de procura em dois anos sucessivos seriam encerrados.

Tanto como consequências nefastas da acumulação de erros por parte de quem não teve outra capacidade que a de gerir acumulação de disciplinas, deixando de lado modos responsáveis de formação humana, temos agora contra nós uma classe de tecnocratas que, na “vã glória de mandar” (como acusava o nosso épico, Camões), há muito se divorciou da cultura ou pretende fazer dela mercadoria de bufarinheiro em magna “feira de enganos” (para tomar o mote de uma peça de teatro do maior comediógrafo português – Gil Vicente). Por falta de visão estratégica, por menoridade cultural dos dirigentes políticos, por falta de capacidade em distinguir o que é estruturante ou perene e o que é conjuntural e efémero, assumiram-se critérios em que a estatística e a gestão

¹⁵ Para ser mais concreto, é necessário reconhecer que a universidade se deixou cativar por incentivos a novos cursos que mais sugestionavam pela novidade das designações do que se afirmavam por conteúdos culturais firmados sobre a longa duração. Facto é que, na maior parte dos casos, tais iniciativas só puderam acumular ilusões e desilusões, provocar dispersão de conteúdos e pôr à evidência a falta de correspondência com aproveitamentos futuros. Depressa os cursos se esvaziavam em anos sucessivos, mas permaneceu o efeito nefasto de desviar candidatos que antes encontravam respostas na preparação oferecida pelos cursos de Estudos Clássicos.

financeira teimam em comandar a vida, virando as costas a tudo quanto os responsáveis universitários apontaram.

É um facto: ao longo das últimas décadas, mercê da aplicação de currículos dispersivos no ensino secundário, mercê igualmente de tratamentos discriminatórios (quer na distribuição de horários quer no boicote a inscrições), as disciplinas clássicas perderam enquadramento.

4. A voz permanente dos clássicos: a sombra amiga em que se constrói. Ficaré Titono reduzido à sua condição de imortal, mas encerrado em qualquer cápsula, onde algum dia alguém o irá resgatar – como aconteceu ao poema de Safo perdido entre os invólucros da múmia de Colónia? Ou ficaré Aurora com a desilusão de o ter levado até ao extremo do mundo sem ter conseguido encontrar aí lugar apropriado para que ele recupere o vigor e a frescura da juventude?

Recai sobre nós a responsabilidade de assumirmos que os textos clássicos devem atravessar os tempos e manter-se para além dos nossos horizontes. Ao longo de anos fomos procurando criar pontes para tornar o acesso possível e útil. “Pontes levadiças” lhes chamou George Steiner¹⁶, porque a todo o momento elas têm de transpor obstáculos que são diferentes em cada dia e por isso há que ajustar o instrumento que permita ultrapassar esses obstáculos.

Os textos clássicos pertencem a um mundo simultaneamente longínquo e próximo; se são do mundo familiar, apenas ele se torna acessível para aqueles que atingem os segredos da linguagem ou são capazes de ir ao encontro daqueles que saibam iniciar os mais disponíveis nesses segredos.

Porque fazem parte da família os frequentamos e nunca nos cansamos de os ter conosco; sabemos que as suas linguagens os vão tornando inacessíveis, se não houver o cuidado de lhes guardar e interpretar os códigos dessa mesma linguagem. Releio Italo Calvino, quando me diz que o clássico é o autor a que sempre se volta porque é o texto que preenche o vazio dos dias¹⁷; regresso à vibração de Jorge Luís Borges que celebra neles a sombra fagueira e fecunda que representam esses autores de sempre, ou que enche as suas noites de Virgílio, mesmo que se lhe tenham esquecido as declinações¹⁸; sinto-me em sintonia com George Steiner para quem o clássico é aquele que perpetuamente nos questiona, porque, em literatura, em música, em artes plásticas, em argumentação filosófica, um clássico é uma forma significativa que nos lê – lê-nos a nós mais do que nós o lemos (escutamos, percebemos) a ele¹⁹.

É uma constatação da história da cultura europeia: mais nas letras que nas artes (mas também nestas) e mais nestas que nas ciências (que se tornaram dependentes da eficiência e se desprenderam da estruturação ligada à diacronia), ciclicamente, essa cultura regressou ao contacto com os clássicos greco-latinos. A lição vem de Roma que, conscientemente e empenhadamente, assumiu os gregos. Depois, ela própria se tornou paradigma para os que se lhe seguiram²⁰. Assim se formou uma linha de continuidade que não se limitou a transmitir o que os anteriores deixaram em registo escrito, mas se

¹⁶ Op. cit.; na tradução castelhana, p. 240.

¹⁷ Italo Calvino, Italo Calvino, “Italiani, vi esorto ai classici”, *L'Espresso*, 28 giugno 1981, pp. 58-68; Italo Calvino, *Perché leggere i classici*, Milano, Oscar Mondadori, 1995.

¹⁸ Jorge Luís Borges, *El elogio de la sombra*, Buenos Aires, 1969.

¹⁹ George Steiner, *Antígonas – La travesía de un mito universal por la historia de Occidente*, Barcelona, 1986.

²⁰ Algumas reflexões deixámos em “O património clássico: identidade e inquietude numa Europa sem fronteiras”, e em “A Europa que fomos, a Europa que somos”, in *Antiguidade Clássica: que fazer com este património – Actas de Colóquio à memória de Victor Jabouille*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2004, pp. 13-20 e pp. 323-342.

constituiu em tradição – activa que envolve investimento e partilha de todo um património comum. Essa tradição tem um sentido dinâmico que implica os que a recebem e a relançam²¹. Tanto admite reconhecimento de *auctoritates* como implica comprometimento e responsabilidade de deixar que essas mesmas *auctoritates*, pelo facto mesmo de o serem, se desdobrem em contínuas ampliações, variações ou metamorfoses e desencadeiem permutações.

Revejo-me nas hesitações de George Steiner em percorrer as leituras variáveis dos textos clássicos, mas também nas suas respostas, lúcidas e informadas, quando se atreve a perguntar pelas razões da presença contínua da Grécia antiga na cultura ocidental: “Formular uma pergunta tão ampla implica o risco de cair no ridículo. Digamos, porém, que a resposta está nisto: simplesmente porque [a Grécia] está na base de quase todos os códigos e convenções da nossa literatura”²².

5. Tradição: retornos e cânones. Não podemos esconder que “o fascínio que experimentamos pelas realizações gregas e a força que nos atrai a essas coisas antigas é o fascínio de uma nostalgia ilustrada”, salienta ainda G. Steiner²³. Certamente; e nisso somos essencialmente romanos que na *imitatio* e na *emulatio* constituíram o modelo fundamental de uma cultura dinâmica que a si mesmo se interroga ao aceitar o contacto com o outro e ao assumir nisso o incentivo para a alteridade²⁴. E o facto é que, por maior admiração que possamos ter por uma obra como a de Shakespeare, “a herança shakespeariana não oferece qualquer paralelismo com a herança clássica”²⁵.

Se a herança clássica persiste, é porque ela se tornou tradição, depois de, desde início, se ter constituído em linguagem plena, necessária para codificar a identidade e para proceder ao (re)conhecimento ou constituir e favorecer a comunicação integrada. Se me é permitido glosar ainda George Steiner (e fixar a reflexão sobre a literatura como processo completo e pleno de significado o confirma), uma das características da cultura europeia é que os seus autores originários são representantes de um tempo de longa duração e investidos de uma capacidade ilimitada de serem reproduzidos efectiva e afectivamente ao longo dos tempos; souberam eles recolher a vibração e a experiência da palavra um dia emitida na aurora dos tempos e foram merecedores de tanta atenção que lhes foi garantida a transmissão ao longo de idades (tão numerosas que não saberemos dizer quantas).

Não resisto a transcrever parte do texto em que me inspiro e que não pode constituir mera referência de nota. “Não temos acesso às origens da linguagem nem ao seu modo selectivo e desinteressado do discurso a que chamamos «literatura». O mais arcaico (...) [dos textos de qualquer literatura antiga – chinesa, hitita, bíblica, grega] está mais próximo de nós que das origens do discurso e da fala.” Os poemas homéricos “representam um estado muito tardio e até certo ponto «decadente» da arte de narrativa oral. As técnicas de narração, de invocação lírica, de louvor épico e de instrução gnómica, tal como as encontramos em Homero e nos antigos rapsodos, podem constituir

²¹ Valerá a pena mencionar como em anos que já lá vão Joseph Ratzinger, o actual papa Bento XVI, teve de haver-se com este conceito dinâmico de tradição que não constava das categoria mentais dos seus patronos universitários; cf. J. Ratzinger, *La mia vita*, Roma, Edizioni San Paolo, 2005; sirvo-me da edição portuguesa, Lisboa, 2005.

²² Op. cit., p.151.

²³ Ib. p. 153.

²⁴ É medianamente patente que os contactos de Roma com a Grécia geram dinâmica que cronologicamente se apresentam em regime de difracção, de compenetração e de confronto – para nos servirmos do modelo proposto por A. Toynbee; o que é salutar e fecundo é que as relações de processam em afirmação por emulação e não de conflito.

²⁵ G. Steiner, op. cit., p. 161.

um epílogo da longa história da imaginação heróica. No entanto, na perspectiva da sensibilidade ocidental posterior a Roma, a língua e a literatura gregas *são* primárias”. Muito embora devam ser consideradas tardias relativamente às origens que teremos de pressupor-lhes, “para nós tem a autoridade da aurora. À luz desses textos começámos a andar. Esses autores foram os primeiros que construíram os símiles, as metáforas, as directrizes de afirmação e de negação com que organizamos a nossa vida interior. Foram eles os primeiros que no mar viram a cor pesada do vinho e no loureiro o fulgor do verde. Regressar ao mundo grego e aos seus mitos significa intentar conferir aos nossos recursos de expressão algo do fulgor e do fio cortante dos começos. É difícil encontrar particularmente novas metáforas. Quantas há em Shakespeare?”²⁶.

O mestre de Cambridge lembra que não é certamente por acaso que à frente do coro das Musas está Memória / Mnemosyne, que habita o território de Elêutero, que dá o nome às coisas e que as traz à memória; a ela recorre o poeta épico (para que a palavra não seja vazia, mas atinja o seu objectivo – na eficácia funcional que lhe é requerida²⁷); nas suas funções reconhecemos que está o regresso permanente da palavra sobre si mesma em implicação fecunda que evita a dispersão do simples linguarejar e recolhe a lição do passado para o relançar no futuro²⁸.

O esquecimento, se for desacomodado em guardar a palavra, colocar-nos-á fora do círculo vital a que pertencemos. A experimentação da linguagem será porventura o melhor teste para percebermos se nos encontramos na corrente viva que flui e permite a vida em comunidade.

Os clássicos são os textos que permanecem na memória. Se parecem envelhecer é apenas porque deixámos de perceber-lhes o vigor; se lhes não compreendemos a linguagem é porque a nossa se distanciou tanto que só o esforço da memória e da gramática a pode recuperar; se deles nos desinteressámos, não porque é eles não tenham mérito, mas porque outros interesses se sobrepuseram sem que, na balança das vivências, afinássemos um juízo sobre o que perdíamos. Significa isto que, no ritual da leitura dos clássicos, tem de haver necessariamente o sacrifício cultural a que obriga o regresso a eles para partilhar o que eles têm de nosso (e não apenas de seu).

Haverá hoje desafecto (que é seguido de desafecção) dos clássicos? Em artigo recente (artigo de divulgação, mas pertinente, como sempre, e oportuno, pelo que capta e pelas ressonâncias que desencadeia – mesmo nos mais desatentos e, às vezes, até nos mais enfatuados), Umberto Eco comentava uma situação actual do regresso da leitura a textos que pareciam menos prováveis no horizonte das expectativas: “Talvez porque as pessoas já não conseguem aguentar mais o lixo emitido pela televisão ou talvez devido a tantas coisas torpes que acontecem no mundo, sentimos necessidade de alguns momentos de reflexão apaziguadora e há um aumento de lugares e ocasiões em que até

²⁶ G. Steiner, op. cit., p. 163:

²⁷ Em discussão recente da tradução portuguesa dos poemas homéricos feita por Frederico Lourenço (em quem se devem reconhecer dotes de sensibilidade poética e qualidades de rigor filológico), defendeu ele a sua proposta de “palavras apetrechadas de asas” em vez de uma tradicional expressão “palavras aladas” pretensamente mais poética. Damos-lhe razão quando descobrimos que a palavra dos heróis homéricos se aproxima do ritual em que “dizer é fazer” – para nos servirmos do enunciado de John Austin.

²⁸ Cf. *ib.*, p. 165. Em consulta casual da Net, por outros motivos, dou-me conta de um sítio, onde alguém (nome não identificado) propõe nada menos que 24 categorias de memória: implícita, voluntária, experimental, afectiva, sensitiva, visual, auditiva, gustativa, olfactiva, táctil, total, fragmentária, especializada, involuntária, chave, meta-memória, memória-esquecimento temporária, memória-esquecimento definitiva, memória-esquecimento impossível, memória-esquecimento voluntária, memória-esquecimento inconsciente, falsificada, sexual, imediata. Cf. <http://www.sociocom.org/mcategories.html>

mesmo o grande público se virou uma vez mais para a filosofia”²⁹. Admitindo que se possa estar perante uma moda passageira, mas assentando também que haja que dar orientações úteis, o insigne ensaísta assume a sua função de mentor para “aconselhar toda essa gente [que regressou ao contacto com textos de reflexão] a ir pelo caminho mais óbvio – ler a obra de verdadeiros filósofos”, pois “a filosofia não tem que parecer sempre simples; às vezes tem que ser difícil”, mesmo que “não haja nenhuma disposição que diga que é necessário ‘falar difícil’ para filosofar”.

Entre as obras primas (e primárias) que aponta para começar, aponta U. Eco o *Críton* de Platão, “onde aprendemos como e porque deve um cidadão respeitar a lei (quer o seu nome seja Sócrates ou Sílvio) e, avançando para Aristóteles, a *Poética*; esqueçamos que esse livro trata de tragédia clássica; deve ser lido como se descrevesse a forma de escrever um filme de mistério ou um *western*, pois o nosso autor compreendeu tudo o que Alfred Hitchcock ou John Ford compreenderiam dois mil anos mais tarde”. Continuando nas escolhas, U. Eco propõe o *De magistro* de Agostinho, “um livro que fala de assuntos da vida de todos os dias em moldes de conversa tida em família com os filhos – um livro radiante pela simplicidade e inteligência”. Do período medieval, onde as universidades têm um papel preponderante, o mestre de tantos livros e o erudito da estética medieval, que estudou em Tomás de Aquino, prefere as cartas trocadas entre Abelardo e Heloísa, em que a lucidez e o amor se cruzam. Do período renascentista toma o *De dignitate hominis* de Pico della Mirandola. Segue depois para autores em vernáculo, os *Ensaio*s de Montaigne, o *Discurso do método* de Descartes, o *Ensaio sobre o entendimento humano* de John Locke, o *Candide* de Voltaire, o *Zibaldone* de Leopardi. Só por atender a critérios de acessibilidade, U. Eco omite (não exclui) da sua lista outras obras que marcaram a cultura europeia de forma indelével.

Singrando pelo caminho da linguagem e dos seus padrões (directos / míticos / funcionais) que designamos habitualmente por domínio literário, não seria difícil propor uma lista paralela em que figurassem obras articuladoras da cultura europeia e nas quais o sentido do viver colectivo ou a emoção do sentimento individual ficaram expressos de forma tão plena que a custo nos desprendemos delas, uma vez experimentada a sua leitura. Obras mestras sobre a continuidade das linguagens na cultura europeia³⁰ deram conta de como em distintos autores é possível e imprescindível reconhecer ecos, ora mais altos ora mais ténues, das fontes que permanecem no subsolo, mesmo quando se finge (em exercício poético) que se cavam distâncias (como Fernando Pessoa relativamente a Virgílio ou Horácio³¹). Se isso se declara, é certo que as raízes estão fundas e a terra é suculenta... E como diz Varrão (VI, 78), *ut fictor cum dicit ‘fingo’, figuram imponit, quom dicit ‘informo’, formam, sic cum dicit facio, faciem imponit*. A ficção literária contamina a “figura”, a “imago” e a “facies”.

As listas de autores comuns foram constituídas ao longo dos tempos, desde os alexandrinos; Quintiliano sentiu-se na obrigação de contrapor um quadro de autores

²⁹ U. Eco, “Filosofia no toucador”, *Diário de Notícias*, 6^a, 2 de Junho de 2006 (também em *The New York Times Syndicate*).

³⁰ Apenas para exemplo retenham-se nome e obras de alguns: como Ernest R. Curtius, *Literatura europeia e Idade Média Latina*, 1948; E. Auerbach, *Mimesis*, 1946; Idem, *Literatursprache und Publikum in der lateinischen Spätantike und im Mittelalter*, 1958 - *Literary Language and Its Public in Late Antiquity and in the Middle Ages*:

³¹ Cf. Fernando Pessoa, *Obras Completas*, p. 147: “Os pastores de Virgílio tocavam avenas e outras cousas / E cantavam de amor literariamente. / (Depois – eu nunca li Virgílio. / Para que o havia eu de ler?)”. O mesmo poeta, em *Cancioneiro*, ib., p. 141, depois de ter reivindicado originalidade, acentua: “Não meu, não meu é quanto escrevo. / A quem o devo? / De quem sou o arauto nado? / Por que, enganado, / Julguei ser meu o que era meu? / Que outro mo deu?”; Ib., 144: “Dizem que finjo ou minto / Tudo que escrevo. Não. / Eu simplesmente sinto / Com a imaginação / não uso o coração”.

latinos ao que lhe era apresentado como modelos gregos. A escola foi propondo, ao longo dos séculos, um mínimo de autores que formavam a base de competência de língua de cultura – o latim³².

É facto que com isso a escola ganhou direito a sentir-se transmissora de uma experiência de linguagem que fecundou as comunidades textuais. Porventura, algumas vezes não conseguiu ultrapassar o código de língua e ficou pela gramática ou pelo léxico sem compreender a semântica e atingir a plenitude criativa. Foi, no entanto, o cadinho supremo de acolhimento e de depuração da fama de um conjunto de textos que entraram na “regra”, no “cânone” e cuja lembrança perdurou por inúmeras gerações.

A cultura de erudição que daí resultou teve os seus méritos e recompensas sociais; foi um moinho em que os resultados se mediam por comparação com modelos escolhidos para formação escolar e tornavam os autores referências, mesmo quando deles não ficava no imediato mais que o travo, um tanto agriçoce, das análises gramaticais: a algum momento, o acicate de antes convertia-se em prazer de rememoração.

Com isso, por efeito de decantação ou em jeito de disfracção (no modelo de A. Toynbee) os que foram atingidos pela escola, ficaram reactivos aos clássicos. Para nos servimos das palavras de Jorge Luís Borges, “ao longo do tempo, a memória vai formando uma biblioteca díspar, feita de livros, ou de páginas, cuja leitura foi para nós uma ventura e que gostamos de partilhar”³³. São poucos os clássicos que figuram entre as preferências explícitas de Borges e algum deles a poucos de nós ocorreriam por entre as sombras da lembrança: Cláudio Eliano, com a sua *História dos animais*, será um caso típico de autor menos registado nos cânones tradicionais, mas que haja dele uma escolha coloca, como justiça, a questão de ser necessário deixar oportunidade para o leitor de hoje ter um panorama em aberto, onde possa reconhecer afinidades que nem todos poderão reclamar como próprias. Sentir-nos-emos todos mais próximos, por orgulho de os termos manuseado, das escolhas que Borges colocou em Heródoto e sobretudo Virgílio. Por razões que cada um saberá enunciar, na biblioteca que gostaríamos de mostrar ao mundo (para vaidade, às vezes – mas também com sinceridade e honestidade) não teríamos deixado de colocar autores famosos como Homero, Safo, Platão, Cícero, Catulo, Horácio e tantos mais... Borges, que era um grande leitor, e que aspirava a ser famoso pelo que lia mais do que pelo que escrevia³⁴,

³² Para nos restringirmos a momentos da época medieval, cf. Birger Munk Olsen, *I classici nel canone scolastico altomedievale*, Spoleto, 1991; “L’étude des textes littéraires classiques dans les écoles pendant le haut moyen age”, in *Itinerari dei testi antichi*, Roma, pp. 105-114; *L’étude des auteurs classiques latins aux XI.e et XII.e siècles*, t. I: *Catalogue des manuscrits classiques copies du IX.e au XII.e siècle. Apicius – Juvenal*, Paris, CNRS, 1982; t. II: *Livius – Vitruvius. Florilèges. Essais de plume*, Paris, CNRS, 1985; t. III: *Les classiques dans les bibliothèques médiévales*, Paris, CNRS, 1987.

³³ Jorge Luís Borges, *Biblioteca personal*, Madrid, 1988 (tomo ed. 1998, Alianza Editorial).

³⁴ No *Elogio de la sombra*, assim se exprime:

Que otros se jacten de las páginas que han escrito;
a mí me enorgullecen las que he leído.
No habré sido un filólogo,
no habré inquirido las declinaciones, los modos,
la laboriosa mutación de las letras,
la de que se endurece en te,
la equivalencia de la se y de en la ka,
pero a lo largo de mis años he profesado
la pasión del lenguaje.
Mis noches están llenas de Virgilio;
haber sabido y haber olvidado el latín
es una posesión, porque el olvido

foi modesto em mostrar-se aos outros nas leituras que privilegiava. Mas..., teremos de mostrar sempre as jóias, sobretudo quando não sabemos como colocá-las à admiração comum? Por vezes fica bem a modéstia, sobretudo quando o respeito manda guardar silêncio...

Hoje as leituras alargaram-se, não obstante a concorrência da televisão e da NET. Contrariamente ao que se propalou em certos momentos, a leitura tende a estabilizar nas idades intermédias e até a aumentar. Nalguns casos, pode falar-se em leitores compulsivos que devoram livros em poucos dias. O número de livros publicados anualmente aumentou; o comércio do livro prospera, não obstante as lamúrias de alguns livreiros (sempre para eles foi mais fácil escrever um livro – bastaria ter algum papel, uma caneta e um pouco de tinta – do que vender, pois para isso há que contar com a disponibilidade do cliente, seja ele leitor ou não).

Em todas as línguas se formaram literaturas que, de uma forma ou de outra, se impuseram como criações literárias. Serão eles concorrentes dos textos clássicos greco-latinos? Seguramente não. Os melhores dos nossos autores são tributários deles. Inútil será pretender dedicar tempo a esses autores derivados se não lhes forem abertos os caminhos de acesso aos textos em que eles se criaram ou cujos recursos, uma vez gramaticalizados, lhes serviram de regra. Explico-me. Há alguns autores em que as referências clássicas são manifestas e explícitas: Camões, por exemplo, para me cingir ao maior poeta português; dificilmente alguém entenderá a linguagem camoniana ou perceberá os seus encadeamentos sem uma cultura clássica expedita. Poderá parecer que outros autores são mais acessíveis porque mais directos e desligados da linguagem clássica: certamente Dante e Petrarca nunca leram os gregos; a verdade é que, através dos latinos, souberam manter-se na sua linha de continuidade. A frequência directa dos clássicos tem certamente grau diversos; todavia os autores que fizeram a nossa tradição ficaram impregnados de cultura clássica – que era assegurada pelo contexto em que eles próprios se formaram. Para os entender será necessário assegurar também uma leitura contextual³⁵ – que os reponha na sequência da cultura para que eles remetem. Só a escola o poderá fazer; ela o deverá fazer, como intérprete que deve ser da comunidade textual que se prolonga pelo tempo.

A preocupação com a leitura está de moda na nossa cultura: por argumentos merecedores de atenção, nos quais a inclusão social ganhou peso mediante a valorização da literacia³⁶. Ganha terreno o ensaio de leitura colectiva³⁷. Nalgumas instâncias, porém, parece ter-se instalado a ilusão de que a leitura é exercício lúdico e de que basta colocar nas mãos de alguém (as crianças ou o público em geral) um livro para que ele o leia. Em nota recente de jornal, um comentarista, tão lúcido como ácido, pôs recentemente em causa um “plano” português de leitura; com muita pertinência insistiu no facto, óbvio, mas esquecido, de que “ler implica um esforço: de atenção, de inteligência, de memória:

es una de las formas de la memoria, su vago sótano, la otra cara secreta de la moneda.

³⁵ Inspira-me nesta designação George Steiner, *Errata – El examen de una vida*, Madrid, Siruela, 2001 (6ª ed.) – título original *Errata: An examined life*, quando, p. 105, comenta o seu plurilinguismo e a adaptação ao contexto na escolha da língua de uso.

³⁶ Em ensaio recente, nós próprios nos entregámos a esta reflexão: Aires A. Nascimento, “Literacia, leitura, (des)bloqueamentos”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 3, 2006, 289-309.

³⁷ Uma experiência parisiense recente foi levada a bom termo por Régis Debray. Em 13 de Junho, convidou ele os seus amigos a estarem presentes num espectáculo *C(h)aracteres*, em que se lia um texto seu; sob a direcção de Géral Garutti, estavam, sem qualquer caracterização, sentados em cadeiras dispostas à boca da cena e cada personagem lia a parte que lhe correspondia no texto: o tema era a figura de Juliano Apóstata e em seu torno exprimiam-se as figuras de Priscila, madrinha cristã de Juliano, o filósofo Máximo de Éfeso, o general Amiano Marcelino, o oficial Joviano, os bispos Gregório de Nazianzo e Basílio de Cesareia, além do sumo sacerdote de Apolo e plenipotenciários da Judeia.

ler é uma actividade e a nossa cultura é quase inteiramente passiva – a televisão, o DVD, a música popular ou a conversa de computador não exigem nada, deixam a pessoa num repouso imperturbado e bovino; mudar isto equivale a mudar o mundo; não se faz por um «plano»³⁸.

Seremos nós, os que guardamos a memória dos textos clássicos, capazes de fazer frente à invasão dos novos meios e manter no centro dos interesses culturais do nosso tempo os clássicos que detêm o certificado de uma cultura comum da Europa que nós somos? O meu país não goza de traduções tão generosas dos clássicos como outros de maior dimensão; facto é que as traduções da Odisseia e da Ilíada, feitas por um classicista, ganharam audiência e reputação em pouco tempo³⁹.

Dá-nos isso um argumento mais para, por entre a responsabilidade de garantir o acesso aos textos tradicionalmente formadores como eles são, reclamar que a possibilidade de eles constituírem uma opção real de percurso cultural mais que formar uma hipótese de interesse ocasional.

6. Conclusão. Os clássicos não se esquecem. Apenas uma conclusão podemos apresentar. Em forma injuntiva: os clássicos não se esquecem!

Por alguns momentos estiveram os clássicos de regresso, mercê de acções continuadas de militância activa. Não é favorável hoje o ambiente no interior mesmo da instituição tradicional, a Escola: porque vêm à superfície deficiências culturais de momentos anteriores, por incapacidade de medir o que está em causa, por interesses corporativos...

É um facto que a noção de clássico não é unívoca, a não ser pela referência que tem ao ponto de origem: à escola e à classificação estabelecida por hierarquias de suposta perfeição. As noções de “maturidade” (T. S. Eliot), “perenidade” (Italo Calvino), “autoridade e normatividade” de género e de língua (de tempos mais recuados) não são hoje tão recorrentes como o foram noutros momentos, por razões que se prendem com a desconstrução de modelos. Teremos de lembrar que não está menos em causa a aceitação de funcionalidade analítica a partir da *imitatio* ou a partir da alteridade em que se afirmam diferenças e se registam concretizações de possibilidades, independentemente de juízos hierarquizadores.

A incidência do pós-moderno tem hoje algumas características que podem ser interpretadas em nosso desfavor, pelo apagamento de fronteiras. De qualquer modo, nunca como hoje o autor literário teve tanta bagagem teórica para avaliar os textos tradicionais.

No que toca à literatura portuguesa contemporânea, há casos de autêntica revalorização das ligações aos clássicos; não renega os vultos do passado nem teme confrontar-se com a herança de séculos e medir as influências recebidas. Acentua, no entanto, alguns traços:

a) há fluidez de fronteiras entre o passado e o presente: os modelos não são fechados e não se transmitem com uma identidade definida;

b) a crítica deixou de ser normativa, pelo facto mesmo de a abrangência do real ser diversificada e a percepção desse real ser plurivalente e fluida, em consequência da própria construção do conhecimento;

c) há uma concepção de literatura como actividade “lúdica”, situada no domínio da palavra, traço que prevalece sobre o carácter “ético” (formativo) da escrita;

³⁸ Vasco Pulido Valente, “O eterno retorno”, in *Público*, sábado, 3 de Junho de 2006

³⁹ São elas da autoria de Frederico Lourenço, um jovem professor da Faculdade de Letras de Lisboa, com sensibilidade artística criativa e formação filológica robusta.

d) desaparece assim o critério de “padrão ou gosto colectivo”, pois se sobrepõe a proliferação de subjectividades individuais;

e) há fenómenos novos no literário, cuja valoração é vista tanto pelo ineditismo como pela continuidade, sem rupturas de continuidade (que em tempos dividiam escolas), mas também sem anulação de individualizações;

f) subsiste uma nova concepção de originalidade, numa rede interminável de intertextualidades: o que podemos identificar, reconhecer e interpretar não são mais do que vestígios, traços ou indícios que forma o artefacto literário irreductível de cada poeta;

g) a consciência da contemporaneidade da escrita é tão marcante como a de outras experiências humanas (amor, tempo, morte, relação com a natureza);

h) o convívio com os clássicos é um desafio de criatividade, sem subordinações e em atitudes agónicas de aquisição de possibilidades de expressão, nisso envolvendo também o transporte do passado para o futuro.

Sendo a formação clássica uma de muitas possibilidades, só uma oferta de qualidade e uma pedagogia consequente podem merecer a opção dos nossos tempos. Os nossos contemporâneos merecem-no tanto como as gentes de outros tempos. Será necessário disputar um lugar? Um autor como Fernando Pessoa sossega-nos: “Por mais que pertença, por alma, à linhagem dos românticos, não encontro repouso senão na leitura dos clássicos. A sua mesma estreiteza, através da qual a sua clareza se exprime, me conforta não sei de quê. Colho neles uma impressão álaçre de vida larga, que contempla amplos espaços sem os percorrer. Os mesmos deuses pagãos repousam do mistério. (...) Confesso-o sem reбуço e sem vergonha... Não há trecho de Chateaubriand ou canto de Lamartine – trechos que tantas vezes parecem ser a voz do que eu penso, cantos que tanta vez parecem ser-me ditos para conhecer – que me enleve e me erga como um trecho de prosa de Vieira ou uma ou outra ode daqueles nossos poucos clássicos que seguiram deveras a Horácio. Leio e estou liberto. Adquiro objectividade. (...) Leio como quem passa. E é nos clássicos, nos calmos, nos que, se sofrem, o não dizem, que me sinto sagrado transeunte, ungido peregrino, contemplador sem razão do mundo sem propósito, Príncipe do Grande Exílio, que deu, partindo-se, ao último mendigo, a esmola extrema da sua desolação”⁴⁰. A experiência da leitura não é uniforme, mas qualquer uma é um convívio que solta o que no leitor está escondido. É também esse o sortilégio dos clássicos⁴¹.

⁴⁰ Assim escrevia ele a 5-4-1930 no *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*, Lisboa, Europa-América, I, s/d., pp. 70-71. Melhor a edição de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e Organização de Jacinto do Prado Coelho, Lisboa, Ática, 1982.

⁴¹ Em nova página do *Livro do Desassossego*, escreve F. Pessoa: “Não conheço prazer como o dos livros e pouco leio. (...) Nunca pude ler um livro com entrega a ele; sempre, a cada passo, o comentário da inteligência ou da imaginação me estorvou a sequência da própria narrativa. No fim de minutos, quem escrevia era eu, e o que estava escrito não estava em parte alguma”. *Ibid.*, p. 182.